

30 NOV 1992

Econ p2

ESTADO DE SÃO PAULO

O futuro depende da abertura econômica

ABRAM SZAJMAN

Um aspecto positivo da crise brasileira surgiu quando a Câmara dos Deputados autorizou a abertura do processo de impeachment. Com o afastamento do presidente



Fernando Collor de suas funções, estabeleceu-se uma trégua, espécie de pedido de tempo destinado à negociação, ao reagrupamento de forças e, principalmente, à reflexão.

Durante essa pausa, breve por natureza, passou-se a limpo o episódio e dele se concluiu o seguinte: mais do que num candidato carismático, 35 milhões de pessoas votaram, nas eleições presidenciais de 1989, num programa de governo. O marketing de "caçador de marajás" apenas procurava corresponder à imposição popular de ética na política, enquanto o discurso objetivo e inflamado traduzia as expectativas nacionais de liberalização da economia.

Collor encaminhou o proje-

to de reformas estruturais, mas falhou na tarefa de moralizar a administração pública. Por isso, está sob julgamento. A Nação concordou com o veto ao governante, escolhido por ela, também porque viu ameaçada, de uma forma ou de outra, sua opção desenvolvimentista. O País não repudiou o programa e sim a incapacidade de implementá-lo.

Ao novo governo compete, portanto, acatar a vontade insatisfeita da maioria do povo brasileiro. Até porque o presidente interino, Itamar Franco, chegou ao cargo sufragado pelos mesmos eleitores que levaram Fernando Collor ao Palácio do Planalto. Seus compromissos para com a Nação devem ser honrados, em nome do fortalecimento da democracia.

Apesar dos sacrifícios que todos seremos obrigados a fazer, não se admite o retrocesso. A abertura econômica precisa continuar, embora não seja ela o único remédio para os nossos males. Políticas industriais e de comércio exterior são ainda alternativas estratégicas para estimular e reativar a produção, reduzindo o desemprego.

Como conseqüências natu-

rais desse processo estão o desenvolvimento da competitividade internacional, da qualidade do produto, do preço, da capacitação gerencial e da modernização tecnológica. Todas essas metas, entretanto, somente serão atingidas por meio do tratamento consistente da taxa de câmbio, dos custos portuários e das políticas de crédito.

Mesmo dispondo de vastos recursos naturais, territoriais e populacionais, o Brasil produz pouco e vende pouco. Acrescente-se a isso que nossa participação no comércio mundial, ao longo dos últimos anos, vem caindo — de 1,3% do total em 1985, aportamos hoje cerca de 0,9%. Em termos de Produto Nacional Bruto (PNB), comercializamos apenas 11%.

Manter barreiras ao comércio externo só resulta em atraso. Devemos rever o programa de abertura externa, pois suas taxas (40% a máxima, 20% a modal e 14,2% a média), acrescidas dos demais impostos e taxas, ainda são muito elevadas para os padrões internacionais. A presença brasileira no Mercosul corre perigo.

Argentina e Paraguai — principalmente —, e Uruguai

em segundo plano, são economias menores, porém mais abertas. A Argentina tem uma média tarifária de 11,6%, e máxima de 22%, enquanto o Uruguai possui três níveis de impostos (10%, 17% e 24%), até o final do ano, quando então estará com 10%, no máximo. Quanto ao Paraguai, tem tarifas mínimas, próximas do zero.

Defender o status quo, por não se admitir um pequeno sacrifício de curto prazo, significa condenar o País a conviver com a redução da competitividade, sérias distorções na alocação de recursos por meio dos preços relativos, desatualizações tecnológicas, preços altos e perda gradativa de qualidade.

Tudo isso nos leva à conclusão de que o governo deve resistir às pressões contra a modernidade e levar adiante a missão que lhe foi confiada pelo povo, sem desvios ou retardamentos. O Brasil espera que a abertura econômica continue. Nosso futuro depende disso.

■ Abram Szajman é presidente da Federação do Comércio do Estado de São Paulo e futuro secretário da Administração do Município de São Paulo.